



## **Saberes ensinados às crianças italianas e ítalo-brasileiras nas escolas étnicas na cidade de Curitiba**

ELAINE CÁTIA FALCADE MASCHIO\*

### **Introdução**

A presença da colonização italiana no Estado do Paraná se fez sentir na organização social, econômica, cultural e educacional. Sem dúvida, a inserção do elemento estrangeiro modificou significativamente o quadro econômico e demográfico do Estado. Várias instituições comerciais e industriais no Paraná pertenciam a imigrantes italianos que chegaram a partir do século XIX. Entre os anos de 1890 a 1929, dos 4.644 estabelecimentos registrados na Junta Comercial do Paraná, 15,1 % eram mantidos por italianos (BALHANA, 2003:454).

Em Curitiba, na capital paranaense, a inserção do estrangeiro também ocasionou uma transformação do cenário cultural da cidade, especialmente com o estabelecimento das associações culturais organizadas pelas diferentes etnias, entre elas: a polonesa, a alemã e a italiana. No que se refere a esta última, cumpre ressaltar a criação das sociedades de mútuo socorro.

No âmbito educacional, essas associações foram responsáveis pela fundação e manutenção das escolas étnicas italianas, que desejavam por meio da divulgação e da manutenção da italianidade, manter a ligação dos emigrados a sua terra natal. A preocupação recaía principalmente sobre a criança, pois era necessário construir o sentimento de ser italiano, mesmo que fora da Itália, desde a infância. Conforme Sarmiento (2008: 20), “as crianças não sendo consideradas como seres sociais plenos, são percebidas como estando em vias de o ser, por efeito da ação adulta sobre as novas gerações”. Assim, era necessário desde cedo cultivar na criança o sentimento de pertencimento étnico.

As sociedades italianas de mútuo socorro eram organizadas por intermédio da filiação dos sócios exclusivamente de origem italiana e tinham com o objetivo principal o auxílio financeiro dos seus associados em caso de doenças, velhice e impossibilidade para o trabalho. Elas também se organizavam como lugares de divulgação e celebração da língua e

---

\* Doutora em Educação. Centro Universitário Internacional/UNINTER.



da cultura itálica. Para esse objetivo, elas recebiam inclusive recursos financeiros do estado italiano.

Embora a principal função dessas escolas fosse a manutenção e difusão da italianidade, sendo o ensino da língua e da cultura italiana privilegiados no processo de ensino, cumpre ressaltar que o ensino da língua portuguesa também constituiu-se como conteúdo curricular comum dessas instituições.

Como eram mantidas em parte pelo governo italiano, em parte pelas famílias associadas, e em alguns casos, com auxílio do governo brasileiro; elas integravam os projetos identitários do estado italiano e do estado brasileiro. Por meio de táticas e estratégias – sejam elas, subsídios, normativas legais, distribuição de materiais didáticos, envio de professores e agentes fiscalizadores - essas duas instâncias buscaram nacionalizar a infância imigrante e descendente de acordo com as suas posições e imposições ideológicas.

Assim, cumpre ressaltar que o conceito de tática e estratégia, cunhado por Michel de Certeau, foi adequado para perceber como as representações sobre a formação da criança, determinaram os saberes a serem ensinados à infância italiana e ítalo-brasileira, por meio de diferentes práticas cotidianas empreendidas pelas escolas étnicas e suas respectivas mantenedoras.

Para Certeau, a estratégia é definida como:

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.

Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias (CERTEAU, 2008: 47).

Os estados italiano e brasileiro, como sujeitos de “querer e poder”, a partir de um lugar próprio, foram capazes de conduzir as relações de poder, por meio de estratégias que visavam, de um lado, a formação do cidadão italiano, do outro, a nacionalização desse imigrante, propondo a assimilação da cultura brasileira. Nessa perspectiva, as escolas étnicas

italianas conseguiram, por meio de táticas, construir o cotidiano a partir da utilização criativa daquilo que foi apropriado ou imposto.

A preocupação do governo italiano recaía sobre o projeto de criar uma nação, na tentativa de se construir uma única Itália. Para isso dever-se-ia fortalecer o estado, imprimindo na sua população um sentimento de pertença - o nacionalismo italiano. Do outro lado, estava o estado brasileiro que buscava controlar o processo escolar étnico impondo a necessidade do ensino da língua vernácula, por meio de determinações legais que almejavam a uniformização das práticas pedagógicas na educação da infância estrangeira.

Uma das primeiras discussões do Estado em torno da padronização do ensino foi a difusão da língua vernácula. As escolas estrangeiras eram obrigadas a ensinar o Português, alfabetizando o maior número de crianças em um curto período de tempo. Essa preocupação permeou os discursos das autoridades do ensino paranaense desde o início dos anos de 1900. Mas, ganhou força a partir de 1915 com o efervescente crescimento dos movimentos nacionalistas em todo o país.

Para investigar esses tencionamentos envolvendo as relações de poder exercidas pelos dois estados, tendo como finalidade a educação e escolarização da infância, o presente artigo procura discutir os dilemas em torno dos saberes veiculados pelas escolas étnicas às crianças italianas e ítalo-brasileiras na cidade de Curitiba. Abrange o período de 1885 a 1930. Procura compreender como as escolas étnicas italianas mantidas pelas sociedades de mútuo socorro, atuaram na divulgação e apropriação dos saberes elementares, de modo especial, aqueles relacionados ao ensino da leitura e da escrita da Língua Italiana e Portuguesa.

### **Ensinar a leitura e a escrita italiana e portuguesa: saberes controversos.**

Para Gouveia,

[...] os estudos focados na análise da cultura escolar, ao lançar mão de fontes relativas às práticas cotidianas, permitem-nos acesso às produções das crianças no desempenho de seu ofício de aluno. Porém, as fontes indicativas das práticas escolares parecem ser esparsas, diluídas em tempos históricos e instituições diversas (GOUVEIA, 2008: 112).

As “fontes indicativas das práticas escolares” das escolas étnicas italianas da cidade de Curitiba permitiram acessar as representações dos adultos sobre os saberes necessários à formação da infância imigrante e descendente. Nos fragmentos encontrados sobre as práticas

cotidianas dessas escolas, sejam eles registros das comemorações cívicas ou exames escolares, foi possível verificar que entre os saberes ensinados às crianças italianas e ítalo-brasileiras, destacavam-se aqueles relacionados ao ensino da leitura e da escrita da Língua Italiana e Portuguesa.

A necessidade de construir um estado forte e coeso, como tentativa de engendrar um sentimento de unidade nacional, tornou-se evidente após a Unificação Italiana. Em Curitiba as duas primeiras escolas étnicas italianas que objetivavam tal ação, foram criadas nos anos de 1893 e 1896 respectivamente. A primeira funcionava junto a Sociedade Giuseppe Garibaldi. Tratava-se de uma escola ítalo-brasileira, e sua manutenção ficava a cargo das famílias italianas associadas, do governo italiano, e do governo paranaense; a segunda, era mantida pela Società Dante Alighieri com recursos advindos da Itália.

Sob a direção do professor italiano Giovanni Pivato, a escola da Sociedade Giuseppe Garibaldi, denominada Regina Margherita, tinha no ano de 1895 uma frequência de 25 alunos de ambos os sexos. Apesar de dirigida por professores italianos e frequentada exclusivamente por filhos de italianos, essa escola étnica procurou aliar o ensino da língua e cultura italiana ao da língua portuguesa. Isso ocorreu desde a sua fundação.

No ano de 1900, a escola passou a receber alunos de nacionalidade brasileira. Nesta época, ela possuía uma matrícula de 66 alunos, sendo 51 do sexo masculino e 15 do sexo feminino, entre eles filhos de italianos e de nacionais (PARANÁ, 1900:34).

A necessidade de estabelecer vínculos com a sociedade brasileira foi sendo suprida aos poucos. A maior participação das autoridades nacionais evidenciava uma primeira tática de aproximação. Ademais, era urgente a necessidade de adaptar a escola as exigências legais brasileiras, a fim de garantir a continuidade do subsídio do governo paranaense, bem como, do funcionamento dos trabalhos escolares e agremiativos daquela associação.

Em 26 de novembro, a diretoria da Sociedade Giuseppe Garibaldi convidou o Diretor da Instrução Pública para assistir aos exames finais escolares de ambas as escolas italianas. Quem o fez, foi o Inspetor Escolar da capital Sebastião Paraná.

Conforme descreveu em seu breve relatório, o inspetor dizia que as escolas étnicas não ensinavam a Língua Portuguesa, embora recebessem a subvenção estadual para isso:

Exames na Escola Italiana dividida em duas seções: Dante Alighieri e Giuseppe Garibaldi. Todos os alumnos, em número de 66 prestaram exame parcial. Esta escola é subvencionada pelo Governo do Estado e pelo Governo Italiano, que exige que seja ensinada a língua portuguesa (PARANÁ, 1900: 254).



Observa-se no excerto, que mesmo o Regulamento do Ensino de 1895 orientasse que os conteúdos aferidos nas escolas particulares nos dias de exames deveriam ser os mesmos que o programa oficial do estado, a escola não ensinava a Língua Portuguesa às crianças que nela frequentavam (PARANÁ, 1895: 47).

Em outro exame, no dia 20 de dezembro do mesmo ano, conforme se encontra o registro do termo no jornal A República, observa-se que a Língua Portuguesa compunha o rol de disciplinas avaliadas na escola.

No domingo último realizaram exames dos alunos e alumnas da escola italiana, dividida em duas secções: Dante Alighieri, situada na Praça Eufrásio Correia, e Giuseppe Garibaldi, no edifício colocado no Alto São Francisco. A referida escola é regida pelo inteligente professor João Pivato que leccionou com vantagem 66 alumnos de ambos os sexos, os quais foram examinados em Portuguez, Italiano, Arithmética, Geografia e História da Itália (A REPÚBLICA, 1900: 1).

Parece que na tentativa de cumprir as exigências legais, os representantes da comunidade italiana de Curitiba se organizaram, de modo a garantir que a infância italiana e ítalo-brasileira pudesse acessar os conhecimentos referentes a língua do país receptor. Porém, não deixaram de ensinar a língua materna. Todavia, essa atitude poderia ser apenas uma tática, que configurava não a intenção de ensinar efetivamente a língua portuguesa, mas em demonstrar para as autoridades brasileiras que as determinações estavam sendo cumpridas.

E outro termo de exames datado do ano de 1907, é possível verificar que o Português continuava a constituir-se como saber a ser ensinado na escola étnica italiana.

Nos dias 17 e 18 do corrente se realizaram os exames da escola Dante Alighieri, mantida pela Loja Unione e Fratellanza desta capital, e regida pelo professor Miguel Grassani. Serviram de examinadores os srs. José Mathias de Abreu, professor, Domenico Codega, Gino Zancheta, Nicola Freschi e Giuseppe Farani. Os alunos arguidos em Português, Italiano, Geografia, Arithmética e outras matérias, mostraram muito aproveitamento (A REPÚBLICA, 1906: 2).

Outras iniciativas configuravam o ensino simultâneo dos dois idiomas. Em janeiro de 1903, o professor italiano Miguel Grassani lançou no mesmo jornal um convite a comunidade paranaenses sobre a abertura de um curso particular de Língua Italiana e Portuguesa, conforme verifica-se na citação abaixo:



O abaixo assignado avisa os srs. chefes de famílias que no dia 2 de janeiro próximo abrirá um curso particular para o ensino da língua italiana e portuguesa. Professor Miguel Grassani (A REPÚBLICA, 1903: 2).

Vários outros indícios foram encontrados assinalando para o ensino simultâneo da Língua Italiana e Portuguesa nas escolas étnicas de Curitiba. Em 1907, a escola Dante Alighieri continuava a funcionar junto a sociedade Giuseppe Garibaldi. O professor Miguel Grassani informava no mesmo documento, a abertura de uma escola noturna para o ensino simultâneo da Língua Italiana e Portuguesa, a adultos e menores (PARANÁ, 1907: 110).

Além das aulas, as associações italianas de mutuo socorro realizavam outras atividades que tinham como finalidade a manutenção e a divulgação da cultura itálica. As datas cívicas eram constantemente comemoradas pelas famílias italianas associadas. Nessas atividades, previa-se a participação da infância imigrante e ítalo-brasileira. Tratavam-se de atividades extraescolares, realizadas muitas vezes com a ampla participação dos alunos das escolas étnicas.

Uma das principais comemorações cívicas italianas efetuadas por estas associações foi a festividade do dia 20 de setembro. Nesta data, comemorava-se a tomada de Roma pelas tropas de Garibaldi no processo da Unificação italiana.

Conforme matéria divulgada no jornal A República, no dia 26 de setembro de 1901, a data de 20 de setembro foi comemorada da seguinte forma:

Efetuuou-se na noite de sabbado o grande festival promovido pela respeitável sociedade Giuseppe Garibaldi, para commemorar a gloriosa data em que as forças garibaldinas entraram triumphantes em Roma. Às 9 horas, repleto de grande número de senhoras e cavalheiros o palacete da referida sociedade, a excelente banda Italo-Brazileira, dirigida pelos irmãos Puglielli, tocou os hynnos brasileiro, italiano e garibaldino. A sessão foi presidida pelo distincto agente consular italiano, cavalheiro Giovanni Silva, fazendo parte da mesa os srs. Pedro Bruno, presidente da sociedade capitão Paulo d'Assumpção, Celestino Junior, nosso prezado colega do "Diário", Pedro Violani, Pedro Boquino e o representante desta folha. Em seguida foi dada a palavra ao inteligente e ilustrado professor Domingos Codega, orador oficial, que dissertou durante uma hora e vinte minutos, a respeito da história de sua bela e querida pátria – a Itália (A REPÚBLICA, 1901: 2).

Observa-se que muitas foram as táticas utilizadas pelas associações, com o intuito de estabelecer a ideia, de que havia uma efetiva relação entre as duas culturas. No dia 7 de novembro de 1904, o governador do Estado do Paraná, e sua esposa, foram convidados pelos



representantes da Sociedade Dante Alighieri para apadrinhar a Bandeira da escola Dante Alighieri. O evento aconteceu no dia 11 de novembro.

Na solenidade, far-se-ia a entrega da bandeira brasileira à escola italiana, ao mesmo tempo em que, a sociedade entregaria a bandeira da Sociedade Dante Alighieri ao governo paranaense (PARANÁ, 1904: 49). Desse modo, buscava-se por meio de simbologias, colocar em evidência a aproximação amistosa das autoridades brasileiras nas atividades das associações estrangeiras.

Entre a manutenção da italianidade e a boa relação com as autoridades paranaenses, a escola italiana de Curitiba procurou garantir o ensino da língua materna, adaptando-se a medida do possível, às necessidades e exigências do ensino impostas pelo governo brasileiro.

Conforme o termo de exames da escola Vittorio Emanuele III, a atuação do professor italiano no ensino da Língua Portuguesa foi destacada:

Realisaram-se no dia 12 do corrente, os exames parciais da escola particular que funciona no quarteirão do Ahú, na sede social Vittorio Emanuel III, regida gratuitamente pelo professor João Pivato. Estiveram presentes ao acto, o capitão Luciano Guimarães de Gracia, inspector escolar de S. Casemiro do Taboão, cav. Gualtiero Chilesotti, cônsul italiano, Miguel Grassani, Pedro Riva, professores, Ricardo Baggio, presidente da Sociedade Vittorio Emanuel III, Francisco Fogiatto, Nicolau Cheffer, Secondo Todeschi, Plácido Prevedello, Matheus Cesquin e mais membros da mencionada sociedade. A banca examinadora, ficou constituída do snr. Inspector escolar presidente, dos professores Miguel Grassani e Pedro Riva examinadores. Os alumnos que prestaram exames, revelaram grande aproveitamento na língua portugueza, nas matérias do curso primário e foram assim classificados: aprovados com distincção – Jeronimo Fogiatto, Pedro Lago e Angelo Geronaso. Aprovados plenamente – Angelo Prevedello, Ricardo Scremin, Domingos Lago, Jacintho Pivato, João Todeschi e Victório Cheffer. Aprovados simplesmente – Luiz Prevedello, Fernandes Marcilio, João Marcilio, Carlos Santi, Augusto Brusamolin, Emilio Brusamolin, Luiz Bagatin, Antonio Dalle Donne, João Dalle Donne, Julio Dalle Donnne, Alberto Belz, Antonio Guerra e José Geronazzo. O snr. Luciano Guimarães da Gracia, inspector escolar depois de terminado os exames, usou da palavra felicitando o professor João Pivato pelo bom aproveitamento que revelaram os alumnos, nos poucos mezes em que aquella escola funciona sob sua direção e terminou animado ao referido professor a continuar na sua nobre tarefa, pedindo-lhe que continuasse ensinar em sua escola, a língua portugueza, visto que aquellos meninos que estavam confiados sob sua direção eram todos brasileiros e que mais tarde deveriam tomar parte nos negócios activos de sua pátria, que é o Brazil. Usou também da palavra o cav. Gualtiero Chilesotti que aconselhou ao professor que prosseguisse na sua nobre missão e que fazia votos para que aquella escola fosse sempre coroada de bom êxito e incitou-o que não deixasse de ensinar alli a língua portugueza, visto ser ella a língua pátria, daquelas que estavam sob sua protecção. Terminou a cerimônia com o agradecimento do professor Pivato e a confecção do termo de exame que foi

assignado por todos os presentes, depois do que foram os convidados servidos de uma farta mesa de doces (A REPÚBLICA, 1909: 2).

Apesar de longa, a citação retirada do jornal A República, do dia 17 de dezembro do ano de 1909, trás elementos para compreender o apelo das autoridades paranaenses para que os conteúdos ensinados pela escola italiana fossem feitos em Língua Portuguesa. Da parte da agremiação italiana, a preocupação em demonstrar que o Português era ensinado garantia o recebimento dos subsídios do governo paranaense. Nesse período, os Regulamentos do Ensino nada versavam sobre o pagamento de subsídios às escolas estrangeiras. Assim, o recebimento da subvenção estadual era conquistado de modo geral, pelas boas relações entre os professores e representantes estrangeiros e as autoridades de ensino.

A partir de 1915, a obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa e a proibição do uso exclusivo de idiomas que não o nacional, reordenou as organizações escolares estrangeiras. Os dois Códigos do Ensino paranaense – o de 1915 e o de 1917 – determinavam que as escolas particulares devessem ensinar obrigatoriamente a Língua Portuguesa, a História e a Geografia Pátria.

Em Relatório datado de 1919, o Inspetor Escolar Candido Natividade dizia que a escola Dante Alighieri “cumpria os dispositivos do Código de Ensino referente ao Ensino Particular” (PARANÁ, 1920: 12).

Segundo afirma Renk:

A partir da década de 1920, constataram-se no Paraná dois movimentos: a) um do Estado para a formação do cidadão nacional através da legislação escolar, imposição de calendário escolar, adoção de conteúdos escolares únicos, material didático único e do ensino da língua portuguesa, de história e geografia do Brasil, educação moral e cívica, educação física e participação das atividades cívicas como os desfiles escolares, objetivando a homogeneização dos saberes escolares. b) outro das associações étnicas, congregações religiosas e dos consulados que passaram a buscar inúmeras alternativas para a manutenção da identidade étnica através da escola, como a produção de material didático em língua estrangeira, cursos para os professores, ensino bilíngue que formavam uma resistência às medidas legais (RENK, 2013: 169).

O ensino bilíngue, assim como a inserção de saberes que representavam a cultura e a História Brasileira eram empreendidos como táticas, que mascaravam a resistência que as escolas étnicas italianas possuíam em ensinar com exclusividade na Língua Portuguesa. Em 1923, o Inspetor Escolar informava que a escola Dante Alighieri ensinava Português,





Geografia e História do Brasil, e que ao assistir os exames escolares daquele ano não viu nenhuma irregularidade.

Na casa da sociedade Dante Alighieri, funcionavam três salas de aulas com um professor para cada uma delas, sendo um deles brasileiro, o qual era cedido pelo estado para ministrar aquelas disciplinas (PARANÁ, 1923: 98).

No ano de 1921 a escola Dante Alighieri passou a dispor de professoras brasileiras mantidas pelo Estado para ministrar as aulas de Português (PARANÁ, 1924: 1). Segundo um dos termos de exames do ano de 1925, o Inspetor Escolar informou que a aula de Língua Portuguesa fazia com que aquela escola assumisse as feições de uma escola pública isolada. Pois, em apenas 10 meses, dos 16 alunos de origem italiana que não sabiam ler o Português, sete foram alfabetizados. (PARANÁ, 1925: 1).

Na década de 1920, as táticas buscavam forjar a ideia de que os italianos estariam empenhados pela assimilação da cultura brasileira. Novamente, as comemorações cívicas italianas buscavam agregar as duas culturas, como é possível observar na descrição do jornal do ano de 1929, sobre as comemorações da sociedade Dante Alighieri no aniversário da fundação de Roma.

O dia de amanhã assignará a passagem feliz de mais um aniversário da fundação de Roma, a importante metrópole do Velho Mundo, o grande centro donde, durante tantos séculos, irradiou a civilização para todos os recantos do mundo. É, pois, de grande significação para a Pátria Italiana e para o universo essa efeméride que será condignamente comemorada nesta capital. Assim, haverá amanhã, às 9 horas, na sede da Sociedade Dante Alighieri, uma conferencia do destacado jornalista italiano sr. Ferruccio Rubbiani, sobre a data. Às 10 horas da manhã a colônia italiana fará uma grande romaria ao monumento de Tiradentes, rendendo desse momento um preito de homenagem ao grande brasileiro. Os festejos comemorativos prometem revestir-se de raro brilhantismo dada a maneira porque estão sendo organizadas (A REPÚBLICA, 1929: 1).

Sem dúvida, a visita ao monumento de Tiradentes não representava nenhuma relação com a comemoração da fundação de Roma. Mas como tática, buscava-se burlar as imposições do governo, urdindo um possível culto aos heróis históricos do Brasil, no intuito de demonstrar que a comunidade italiana estava incorporando a cultura nacional.

Não obstante, essas táticas não foram suficientes para assegurar a continuidade das ações em prol da defesa da italianidade por meio das comemorações cívicas e da formação da infância. No decorrer da década de 1920 as escolas étnicas italianas foram sendo extintas, a exemplo da escola Dante Alighieri, que foi fechada no ano de 1927, depois da dispensa do



cargo da professora brasileira (PARANÁ, 1927: 113). Destarte, até o ano de 1930, em função das várias legislações paranaenses que procuraram proibir o ensino da língua estrangeira, como requeria as campanhas de nacionalização, a escola étnica italiana perdeu seu lugar na escolarização da infância italiana e ítalo-brasileira.

### **Considerações finais**

Em meio a táticas e estratégias, as sociedades italianas de mutuo socorro buscaram construir, divulgar e perpetuar o sentimento ínsito de pertencimento étnico italiano. A escolarização da infância imigrante e descendente foi uma das principais ações nesse sentido.

Não há dúvidas que as escolas étnicas italianas contribuíram sobremaneira no processo de preservação e difusão da italianidade, mesmo diante das imposições do governo brasileiro com o processo de nacionalização compulsória. Por outro lado, mesmo sendo o ensino da língua e da cultura italiana privilegiado no processo de ensino, o ensino da Língua Portuguesa constituiu-se como saber comum a ser ensinado por essas instituições.

Essas escolas lidaram com o dilema existente entre o desejo de se ensinar a língua materna e a imposição de aprender a língua do país receptor. Buscaram conservar os lugares de poder. Aqueles que conduziam as estratégias que visavam, de um lado, a formação do cidadão italiano, e do outro, a assimilação da cultura brasileira.

### **Fontes**

CURITIBA. *A República*, 1900, p. 2

\_\_\_\_\_. *A República*, 1901, p. 2

\_\_\_\_\_. *A República*, 1903, p. 2

\_\_\_\_\_. *A República*, 1906, p. 2

\_\_\_\_\_. *A República*, 1909, p. 2

\_\_\_\_\_. *A República*, 1929, p. 2

PARANÁ. Código de Ensino do Estado do Paraná, Decreto nº 17 de 09 de janeiro de 1917.

Curitiba: Typ. d'A República, 1917.

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 1122, 1900, p. 254.

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 1285. 1907, p. 110.

\_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício, 1904, p. 49.

- \_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 1379. 1910, p. 122.
- \_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 1878. 1923, p. 98.
- \_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 2333, 1924, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 2340, 1925, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Arquivo Público. Ofício. Livro 2243, 1927. p. 113.
- \_\_\_\_\_. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 35 em 9 de fevereiro de 1895. In; Decretos, regulamentos, leis e atos do estado do Paraná. 1895.
- \_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Exmo Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná pelo Dr. Octávio Ferreira do Amaral e Silva, Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica em 31 de dezembro de 1900. Typ. Livraria Econômica: Curityba, 1901.
- \_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Exmo Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná pelo Dr. Octávio Ferreira do Amaral e Silva, Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica em 31 de dezembro de 1900. Typ. Livraria Econômica: Curityba, 1901.
- \_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Affonso Alves de Camargo, presidente do Estado, pelo Dr. Eneas Marques dos Santos, Secretario do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1916. Curitiba, Typ. d' Republica, p. 244.
- \_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretario Geral de Estado pelo Professor Cesar Prieto Martinez Inspetor Geral do Ensino. Typ. Da Penitenciária do Estado: Curitiba, 1920.

## Referências

BALHANA, Altiva Pilatti. **Um mazzolino de Fiori**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 13 ed., 2007.

CERVO, Amado Luiz. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia**. Brasília: UNB, 1992.



GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In: GOUVEA, Maria Cristina Soares de.; SARMENTO, Manuel (Orgs.) **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 97-118.

HOBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SARMENTO, Manuel. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: GOUVEA, Maria Cristina Soares de.; SARMENTO, Manuel (Orgs.) **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 17-39.

SALVETTI, Patrizia. Le scuole italiane all' estero. In: BEVILACQUA, Piero, DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. **Storia dell' emigrazione italiana**: arrivi. Vol. 2. Roma: Donzelli, 2002, p. 535-549.

RENK, Valquíria Elita. O Estado e as políticas de nacionalização da infância nas escolas étnicas do Paraná. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, nº 52, p. 165-182, set 2013.